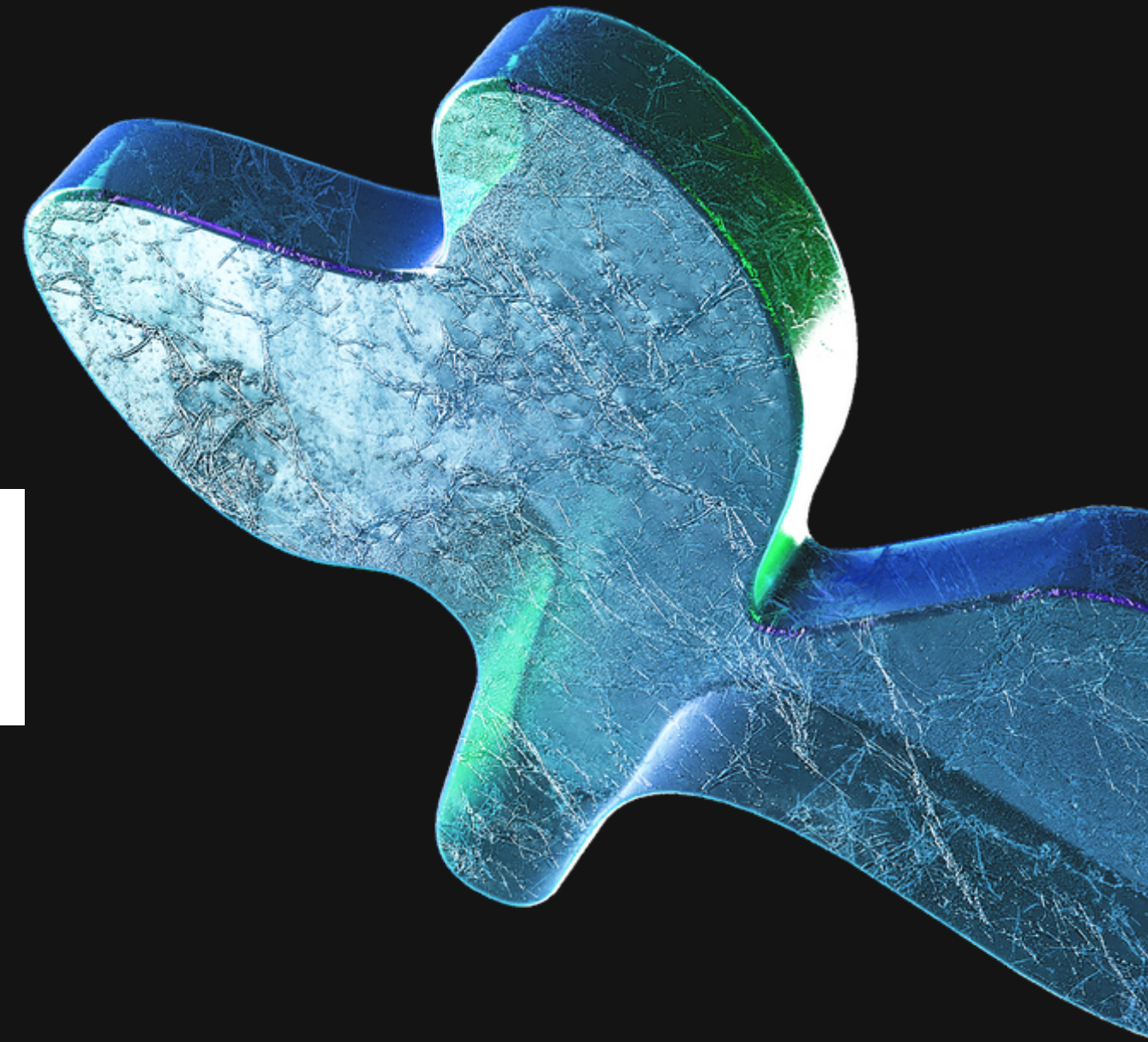




Guia de Informações

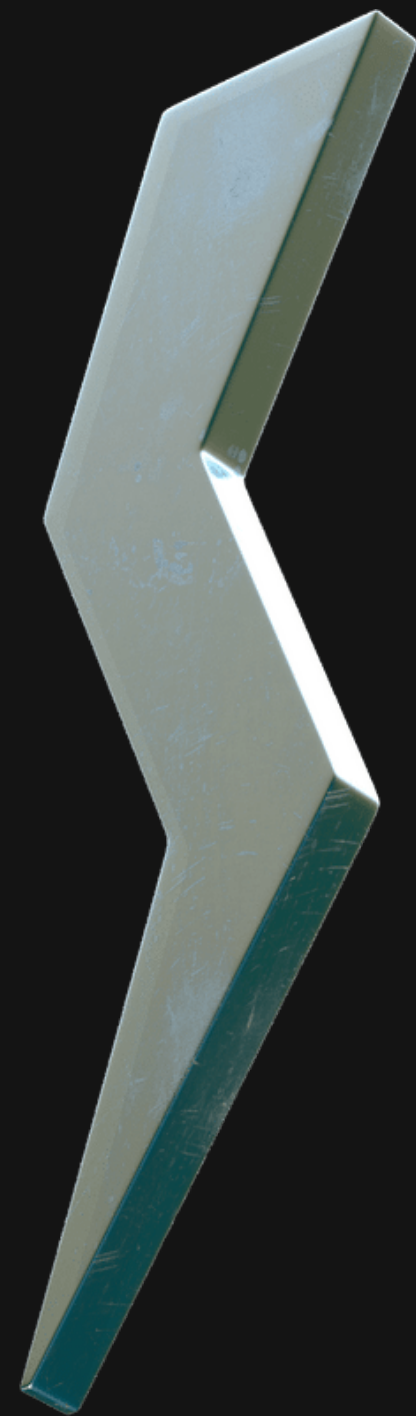
IAs no Brasil

Uma Breve Análise Legislativa e Doutrinária



IAs no Brasil

Bibliografia Indicada



Análise Preliminar do Projeto de Lei das IAs – ANPD

IAs e pessoas falecidas – Bernardo Fico

Judiciário e a Inteligência Artificial – Arthur Guimarães

Regulamentação no Brasil – Tânia Liberman

Marco Legal das IAs no Brasil – Juliano Maranhão

Perspectiva Histórica – William Muller e Raphael Silveiras

Relatório Final do Substitutivo das IAs – Senado Federal

Panorama da Regulamentação – Revista de Direito da UFSM

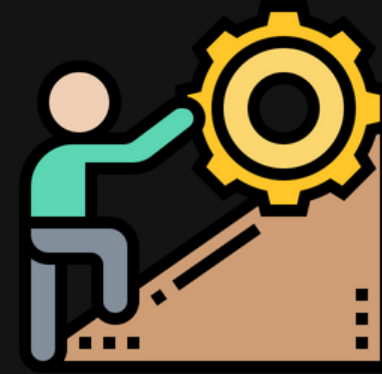


1. Análise Preliminar do Projeto de Lei nº 2.338/2023 – ANPD



Posicionamento da ANPD sobre o debate da
regulação da inteligência artificial no Brasil

Desafio do PL



“Não há um trade-off entre a proteção de direitos e liberdades fundamentais, da valorização do trabalho e da dignidade da pessoa humana face à ordem econômica e à criação de novas cadeias de valor. Pelo contrário, seus fundamentos e a sua base principiológica buscam tal harmonização, nos termos da Constituição Federal”.

Objetivo da Análise



-
- Estabelecer paralelos entre a LGPD e o Projeto de Lei das Inteligências Artificiais para demonstrar a autoridade regulatória da ANPD sobre o tema.
 - Demonstrar os mecanismos de governança em comum que podem ser aplicados de um lado a outro, entre a proteção de dados e a inteligência artificial.

Tutela de Direitos no PL nº 2.338 e os direitos dos titulares na LGPD

Enquanto o art. 20 da LGPD se refere a “decisões tomadas unicamente com base em tratamento automatizado de dados pessoais que afetem seus interesses”, o art. 9º do PL garante a revisão caso haja “efeitos jurídicos relevantes” ou que “impactem de maneira significativa os interesses da pessoa”.

INFORMAÇÃO



Informações claras e adequadas sobre o sistema.

EXPLICAÇÃO



Descrição geral do sistema, de seu caráter automatizado e dos critérios e procedimentos utilizados.

REVISÃO



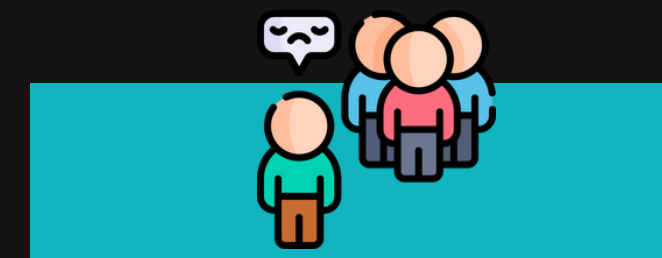
Decisões automatizadas de dados geram o direito dos titulares de solicitarem avaliação humana

ACESSO



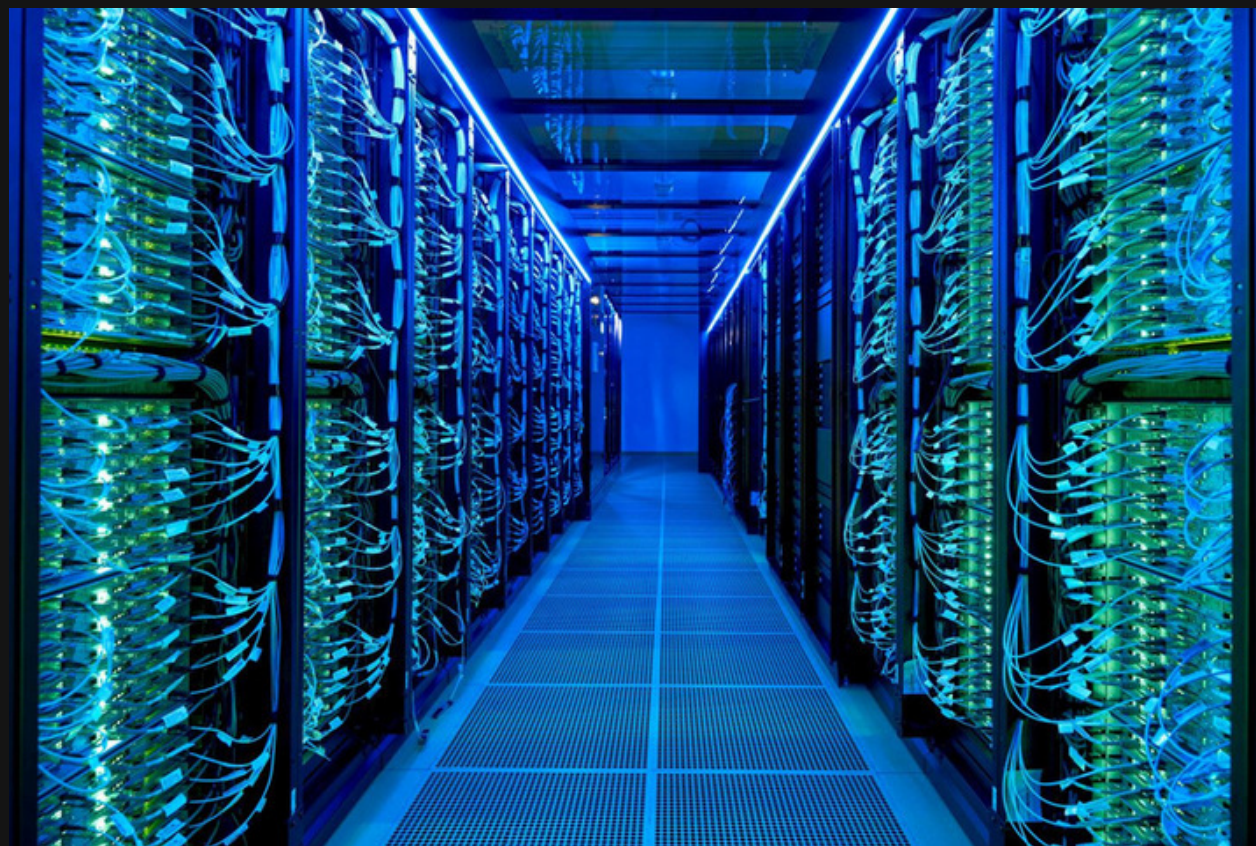
Recebimento de informações relevantes sobre as operações de tratamento de seus próprios dados pessoais.

NÃO DISCRIMINAÇÃO



Possível auditoria para averiguar distinção de tratamento em razão de características pessoais.

Revisão, “Black Boxes” e Insegurança Jurídica



O PL da IA é mais restritivo nas hipóteses de revisão do que a própria LGPD ao mencionar a ocorrência de “efeitos jurídicos relevantes”.

Além disso, não fica claro como seria operacionalizada a revisão em “black boxes”, inteligências artificiais que nem os próprios programadores compreendem.

Por fim, uma escolha crucial é a atribuição de quem irá supervisionar máquinas presentes em praticamente todos os setores econômicos.

Camadas de Risco



Os sistemas de IA de risco excessivo ou de alto risco envolvem expressamente a utilização de dados pessoais:

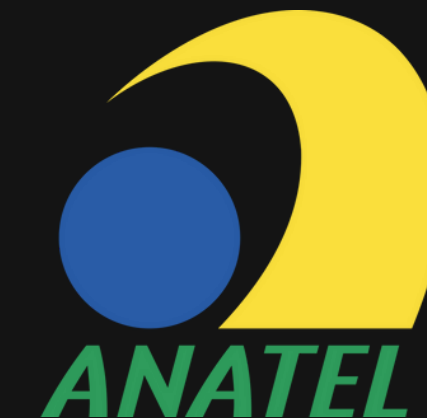
- (i) alto nível de identificabilidade dos titulares dos dados;
- (ii) quando existirem expectativas razoáveis do afetado quanto ao uso de seus dados pessoais.

Exemplos demonstram que algoritmos fundamentados em tais processamentos de dados podem propagar vieses discriminatórios, indo de encontro aos objetivos da lei.



Joy Buolamwin, pesquisadora do MIT que descobriu que não era identificada por algoritmos de reconhecimento facial.

Mecanismos de Governança



Há uma escolha de política legislativa em favor de uma autorregulação regulada com o intuito de promover nos agentes regulados atitude preventiva e a antecipação de riscos a liberdades fundamentais.

A nova agência, seja a ANPD, ou outra, estaria dotada de recursos técnicos e orçamentários para exercer tamanhas atribuições?

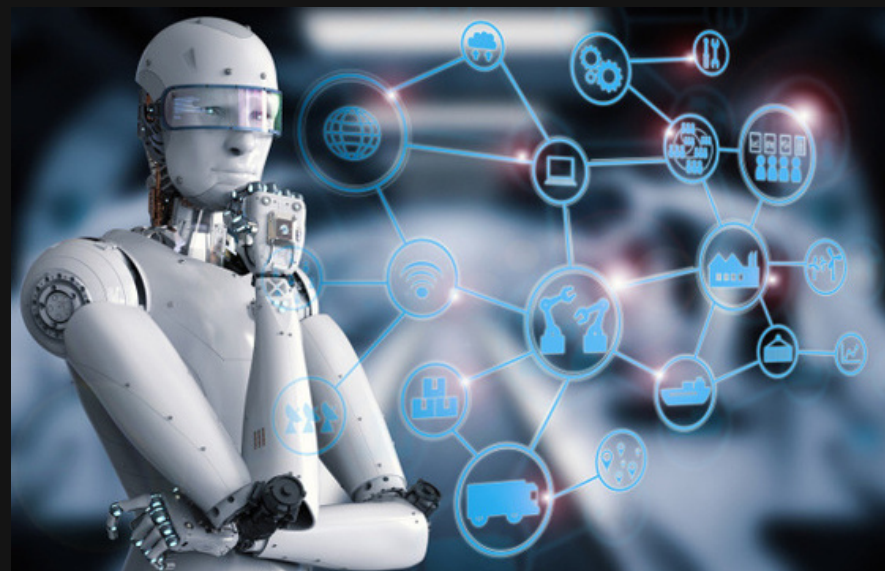


Avaliação de Impacto Algorítmico será necessária em IAs de maior risco:

- Preparação;
- Cognição do risco;
- Mitigação dos Riscos Encontrados;
- Monitoramento



Inovações Responsáveis



Os projetos de sandbox deverão conter:

- inovação no emprego da tecnologia ou no uso alternativo de tecnologias existentes;
- aprimoramentos no sentido de ganhos de eficiência, redução de custos, aumento de segurança, diminuição de riscos, benefícios à sociedade e a consumidores;
- plano de descontinuidade, com previsão de medidas a serem tomadas para assegurar a viabilidade operacional do projeto uma vez encerrada a autorização do sandbox (conformidade regulatória).



A autoridade supervisora competente irá autorizar o funcionamento de sandboxes que preencham os requisitos da lei e da regulamentação futura, permitindo que haja iniciativas distintas para cada setor econômico: saúde, telecomunicações, comércio, direitos autorais, etc.



Projeto de Lei nº 2.338/2023

Art. 13, §3º: A autoridade competente poderá determinar a reclassificação do sistema de inteligência artificial, mediante notificação prévia, bem como determinar a **realização de avaliação de impacto algorítmico** para instrução da investigação em curso.



ANPD: “Designar a autoridade de proteção de dados como autoridade supervisora de IA é uma estratégia que assegura não só harmonia na regulamentação, como também uma interpretação coerente das disposições perante os sujeitos regulados”.



LGPD

Art. 38. A autoridade nacional poderá determinar ao controlador que **elabore relatório de impacto à proteção de dados pessoais**, inclusive de dados sensíveis, referente a suas operações de tratamento de dados, nos termos de regulamento, observados os segredos comercial e industrial.

Projeto de Lei nº 2.338/2023

Art. 11. Em cenários nos quais as decisões, previsões ou recomendações geradas por sistemas de inteligência artificial tenham um impacto irreversível ou de difícil reversão ou envolvam decisões que podem gerar riscos à vida ou à integridade física de indivíduos, haverá envolvimento humano significativo no processo decisório e determinação humana final.



ANPD: “Designar a autoridade de proteção de dados como autoridade supervisora de IA é uma estratégia que assegura não só harmonia na regulamentação, como também uma interpretação coerente das disposições perante os sujeitos regulados”.



LGPD

Sem correspondência direta.



2. PL 3592/23 e o uso da Inteligência Artificial para regulação de conteúdo – Bernardo Fico



Diretrizes de pessoas falecidas para preservar os respectivos direitos sobre as suas informações após a morte por parte dos familiares.

Projeto de Lei nº 3592/2023



Projeto de autoria do senador Rodrigo Cunha (Podemos/AL), que estabelece diretrizes para o uso de imagens e áudios de pessoas falecidas por meio de inteligência artificial, com o intuito de preservar a **dignidade**, a **privacidade** e os direitos dos indivíduos mesmo após a sua morte.



Elis Regina – Volkswagen

Alvo de representação do CONAR, a propaganda exibida pela empresa alemã gerou polêmica ao “ressucitar” a cantora, morta em 1982.

Projeto de Lei nº 3592/2023



Projeto de autoria do senador Rodrigo Cunha (Podemos/AL), que estabelece diretrizes para o uso de imagens e áudios de pessoas falecidas por meio de inteligência artificial, com o intuito de preservar a **dignidade**, a **privacidade** e os direitos dos indivíduos mesmo após a sua morte.



Escolha Individual ou dos Herdeiros

O texto dá centralidade à vontade da pessoa e a imagem somente poderá ser utilizada pelas IAs generativas quando houver autorização prévia do falecido ou dos herdeiros, sendo que estes serão os responsáveis por preservar a imagem da pessoa falecida, evitando o uso inadequado.



3. Como a Justiça tem decidido Controvérsias sobre IA – Arthur Guimarães



Análise Jurisprudencial de casos envolvendo IA no Brasil, enquanto o país ainda não possui uma regulação específica para o setor.

Caso Bradesco



-
- Cliente do banco, ao buscar encerrar conta salário, percebeu débitos indevidos totalizando um valor de R\$ 1,5 mil.
 - Magistrada reconheceu incidência do CDC e aplicou inversão do ônus da prova.
 - Determinou indenização de R\$ 6 mil, pela perda do tempo útil da autora.

Importância da Decisão

-
- “As inconsistências de IA não podem ser punidas com o rótulo da má-fe, exclusivamente humano”.

Caso Amazon



-
- Vendedora teve sua conta desativada por coincidência cadastral, bloqueando acesso a um montante de R\$ 28 mil.
 - Aplicação do Código Civil, com indenização do valor retido, com adicional de R\$ 14,7 mil por lucros cessantes.



Importância da Decisão

-
- A Amazon “deu causa a vício no servidor ao deixar de reativar a conta”, havendo explicação da situação.

Caso 99



- Motorista teve conta suspensa por divergências em cadastro de biometria facial.
- “A autonomia da vontade na liberdade contratual garante às partes a possibilidade de rescisão unilateral independente de motivação, e sem qualquer direito à indenização ou compensação.”



Importância da Decisão

- Vínculo entre motorista e empresa seria regido pelo CC, não CDC ou CLT.



4. A Regulamentação da IA no Brasil – Tânia Liberman



Discussão sobre a necessidade de regulação da inteligência artificial tem ocorrido em todo o mundo, inclusive no Brasil com a proposta do Marco Legal da Inteligência Artificial.

Projeto de Lei nº 2338/2023



Texto legal estabelece que o uso, pelo poder público, de sistemas de IA de identificação biométrica a distância, de forma contínua e em locais públicos, só pode ocorrer com base em lei específica e autorização judicial em conexão com atividade penal individualizada, para (i) a perseguição a condenados a pena de reclusão superior a 2 anos; (ii) busca de vítimas de crimes ou pessoas desaparecidas; e (iii) crimes em flagrante.



Via Quatro – Metrô de SP

Embora a intenção fosse publicitária, a concessionária da Linha 4-Amarela do Metrô paulistano foi condenada a pagar indenização por conta do uso indevido das imagens dos passageiros.

Projeto de Lei nº 2338/2023

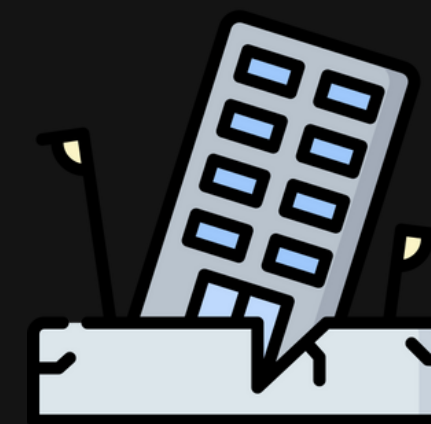
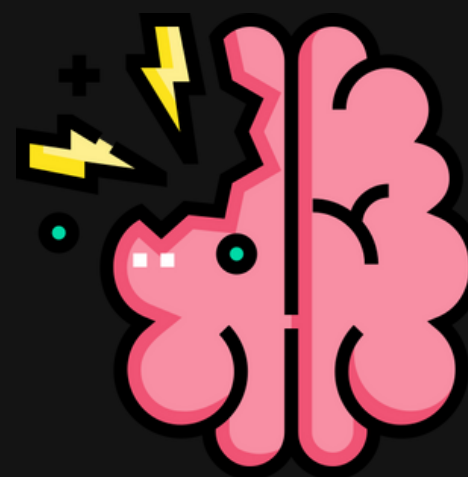


Caso DABUS



O exemplo do DABUS é emblemático para demonstrar a situação verdadeiramente paradoxal em que nos encontramos, sob um ponto de vista jurídico. O Dr. Stephen Thaler inventou um dispositivo de IA chamado DABUS, a partir do qual foi solicitado que realizasse invenções. Alega-se que não haveria vínculo de autoria entre o Dr. Stephen Thaler e as invenções do DABUS, capaz de machine learning. A quem pertenceriam então as patentes?

Nesse sentido, o fornecedor ou operador do sistema que causar dano patrimonial, moral, individual ou coletivo será obrigado a repará-lo integralmente, independentemente do grau de autonomia do sistema. Para sistemas de IA de alto risco ou de risco excessivo, o fornecedor ou operador responde objetivamente pelos danos causados. Caso o sistema de IA não seja de alto risco, a culpa do agente é presumida, ou seja, a pessoa lesada precisa apresentar as provas do dano.





5. O debate sobre o Marco Legal da IA no Brasil – Juliano Maranhão



Análise crítica dos PLs apresentados ao Congresso.

3 Principais Propostas Legislativas

1. PL 5.051, que tem como ponto principal a previsão de revisão humana obrigatória de decisões por inteligências artificiais;
2. PL 5.691, que tem como ponto principal a fixação de parâmetros éticos gerais; e
3. PL 21/20, que ambiciona estabelecer o Marco Civil da IA, tendo como objetivo principal, tornar obrigatórios os princípios éticos consagrados em âmbito internacional.

Problemas Quanto ao PL 21/20

- Não há consenso sobre os padrões internacionais;
- Os princípios são vagos e potencialmente conflitantes;
- A implementação dos princípios seria inviável se seu significado, importância relativa e alcance não forem especificados para setores diversos ou tipos diferentes de aplicação;
- Os documentos internacionais, no aspecto ético, buscam mais impedir a maleficência e menos o desenvolvimento de padrões que promovam os benefícios potenciais das IAs; e
- Prevê a imputação de responsabilidade por danos aos “agentes de IA”, que são os desenvolvedores ou responsáveis pelo monitoramento na implantação do software.

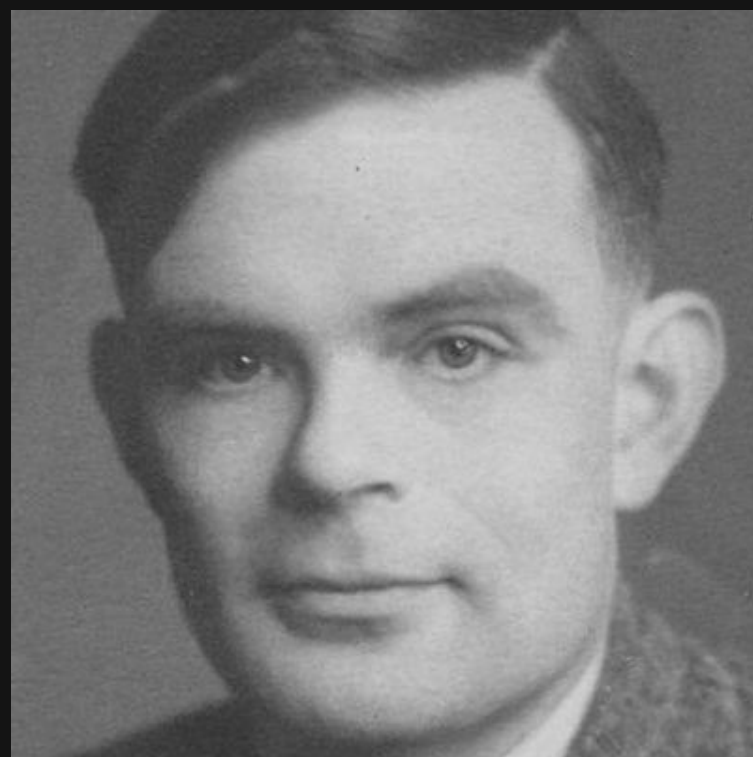


6. A Evolução e a Regulamentação da Inteligência Artificial no Brasil – William Muller e Raphael Silveiras



Conceito e evolução história da compreensão sobre a inteligência artificial no Brasil e o seu regramento, considerando o PL nº 2338/2023.

Teste de Turing



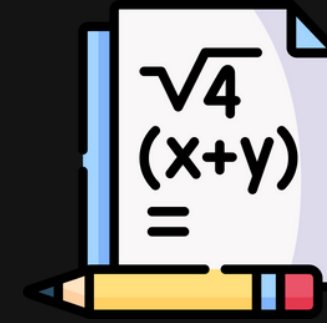
Se um programa de computador for capaz de imitar um ser humano, a ponto de confundir qualquer pessoa, levando-a a crer que está interagindo com outro ser humano ao invés de uma máquina. Redes neurais artificiais, machine learning, todos juntos não seriam capazes de cumprir tais requisitos para a autonomia da inteligência artificial?

Midjourney



Programa de inteligência artificial capaz de produzir, a partir de instruções dos usuários, imagens ultrarrealistas que não correspondem a uma fotografia.

Algoritmos



- O uso de algoritmos se tornou disseminado nas sociedades contemporâneas, porque:
- o ser humano acaba por reconhecer a sua limitação quanto à capacidade de processamento de dados;
 - pela própria previsibilidade dos sistemas de inteligência artificial;
 - possibilidade de se delegar algumas decisões para mitigar erros técnicos e falhas humanas;
 - aproveitar a grande capacidade de processamento que os algoritmos podem proporcionar para que o legado da humanidade seja, sobremaneira, intacto.

Autodeterminação Humana



Byung-Chul Han levanta questões sobre o controle psicopolítico e digital do neoliberalismo contemporâneo. O autor argumenta que estamos sujeitos a um estado de vigilância por meio de um panóptico digital, no qual as decisões automatizadas da IA operam de forma obscura (o black box da IA), permitindo a criação de um banco de dados sobre padrões coletivos de comportamento que são utilizados para controlar, disciplinar e incentivar certas condutas.

Obsolescência Inevitável?



Uma legislação excessivamente detalhista corre o risco de cair em rápida obsolescência, tendo em vista que se trata de tecnologia em acelerada evolução, com ininterruptas inovações, novas funcionalidades e soluções sequer imaginadas pelo legislador. Adequado equilíbrio entre o uso justo e ético da IA e o estímulo à inovação e ao desenvolvimento.



7. SUBSTITUTIVO SOBRE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO BRASIL



Sobre o substitutivo

Substitutivo ao PL 5051/2019, PL 21/2020, PL 872/2021

Objetivo: estabelecer princípios, regras, diretrizes e fundamentos para regular o desenvolvimento e a aplicação da inteligência artificial no Brasil

- Direitos para proteção das pessoas impactadas pela IA
- Criar condições de previsibilidade acerca da sua interpretação
- Segurança jurídica para inovação e o desenvolvimento econômico-tecnológico.

Objetivos do PL

- Conciliação da abordagem baseada em riscos com uma modelagem regulatória
 - Instrumentos de governança + incentivo a condutas pautadas na boa-fé
- Proteção de direitos e liberdades fundamentais
- Valorização do trabalho e dignidade da pessoa humana
- Criação de cadeias de valor
- Estabelece fundamentos e princípios da IA

Fundamentos e princípios da IA

Art. 2º. O desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial no Brasil têm como fundamentos:

- I – a centralidade da pessoa humana;
- II – o respeito aos direitos humanos e aos valores democráticos;
- III – o livre desenvolvimento da personalidade;
- IV – a proteção ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável;
- V – a igualdade, a não discriminação, a pluralidade e o respeito aos direitos trabalhistas; --> dados sensíveis, desvantagens
- VI – o desenvolvimento tecnológico e a inovação;
- VIII – a privacidade, a proteção de dados e a autodeterminação informativa;

Art. 3º. O desenvolvimento, implementação e uso de sistemas de inteligência artificial observarão a boa-fé e os seguintes princípios:

- III – participação humana no ciclo da inteligência artificial e supervisão humana efetiva;
- VI – transparência, explicabilidade, inteligibilidade e auditabilidade;
- IX – rastreabilidade das decisões durante o ciclo de vida de sistemas de inteligência artificial
- X – prestação de contas, responsabilização e reparação integral de danos
- XI – prevenção, precaução e mitigação de riscos sistêmicos

Conceitos

- **Agentes de IA:** fornecedores e operadores de sistemas de IA
- **Fornecedor:** quem desenvolve um sistema de inteligência artificial a ser colocado no mercado ou empregado em serviço
- **Operador:** quem emprega/utiliza o sistema de IA em seu benefício, em caráter profissional
- **Mineração de dados:** extração de padrões/correlações a partir de grandes quantidades de dados/trechos de conteúdo textual --> empregados para desenvolver sistemas de IA



Direitos e deveres

Fixação de direitos básicos e transversais para todo contexto de interação --> para aqueles que possam ter direitos e liberdades afetadas por decisões automatizadas

Art. 5º Pessoas afetadas por sistemas de inteligência artificial têm os seguintes direitos, a serem exercidos na forma e nas condições descritas neste Capítulo:

- I – direito à **informação prévia** quanto às suas interações com sistemas de inteligência artificial;
- II – direito a **explicação** sobre a decisão, recomendação ou previsão tomada por sistemas de inteligência artificial;
- III – direito de **contestar decisões** ou previsões de sistemas de inteligência artificial que produzam efeitos jurídicos ou que impactem de maneira significativa os interesses do afetado;
- V – direito à **não-discriminação e à correção de vieses discriminatórios** diretos, indiretos, ilegais ou abusivos; e
- VI – o direito à **privacidade e à proteção de dados pessoais**, nos termos da legislação pertinente.

Categorização dos riscos

- Todo sistema de IA deve passar por avaliação preliminar para a classificação do grau de risco (art. 13)
 - Se identificado o alto risco, será realizada avaliação de impacto algorítmico + adotadas medidas de governança
- Sistemas de risco excessivo (art. 14): colocam em jogo direitos inegociáveis --> **implementação vedada**
 - Induzir comportamentos prejudiciais à saúde/segurança
 - Explorar vulnerabilidades de grupos específicos
 - Poder público: social scoring
 - Ranquear pessoas para acesso a bens e serviços e políticas públicas de forma ilegítima/desproporcional

Categorização dos riscos

- Sistemas de alto risco (art. 17) --> **sujeitos a mais obrigações**
 - Educação: sistemas de seleção a instituições de ensino/ avaliação de estudantes
 - Justiça: sistemas de investigação
 - Sistemas biométricos de identificação
 - Apenas podem ser empregados mediante expressa previsão em lei
 - **Avaliação de impacto algorítmico é obrigatória (art. 22)**
 - Autoridade competente deve ser notificada
 - Contínua – durante todo o ciclo de vida do sistema (art. 25)
 - Riscos conhecidos, benefícios, medidas de mitigação, testes e avaliações, controle de qualidade, medidas de transparência
 - Se for impossível mitigar os riscos, será **descontinuado** (art. 22)

Medidas de governança

AGENTES DE IA

- Testes de confiabilidade: robustez, acurácia, precisão e cobertura;
- Gestão de dados para mitigar e prevenir vieses discriminatórios --> equipe inclusiva
- Medidas técnicas para viabilizar a explicabilidade dos resultados, documentação
- Supervisão humana

ÓRGÃOS E ENTIDADES FEDERATIVAS

- Consulta e audiência públicas prévias sobre a utilização planejada dos sistemas
- Definição de protocolos de acesso e de utilização do sistema que permitam o registro de quem o utilizou, e com qual finalidade
- Utilização de dados provenientes de fontes seguras, sem vieses discriminatórios

Responsabilidade civil

- Aplicação do CDC (art. 29)
- Regime abrange fornecedor + operador do sistema de IA
- Obrigação de reparação integral, independentemente do grau de autonomia do sistema. (art. 27)
- Sistema de IA de **alto risco/ risco excessivo**: responsabilidade objetiva, na medida da participação
- Sistema de IA de **baixo risco**: culpa presumida (inversão do ônus da prova em favor da vítima)
- Isenção de responsabilidade: (art. 28)
 - I – comprovarem que não colocaram em circulação, empregaram ou tiraram proveito do sistema de inteligência artificial; ou
 - II – comprovarem que o dano é decorrente de fato exclusivo da vítima ou de terceiro/caso fortuito externo.

Sanções administrativas

- Não excluem a obrigação da reparação integral do dano causado
- Modalidades (art. 36)
 - advertência; multa simples, publicização da infração, suspensão do desenvolvimento do sistema, proibição de tratamento de determinadas bases de dados.
- Parâmetros
 - Boa-fé, adoção de mecanismos de minimização de riscos, boas práticas e governança
 - Grau do dano
 - Vantagem auferida
- **Sistemas de Risco Excessivo**
 - Mínimo: aplicação de multa
 - PJ: suspensão parcial ou total, provisória ou definitiva de suas atividades.

Medidas de fomento à inovação

SANDBOX REGULATÓRIO

- Ambiente regulatório experimental para inovação em inteligência artificial --> **regime de teste**
 - Empresas podem testar ferramentas de IA sem se sujeitar à totalidade das normas regulatórias existentes
- Autorizado pela autoridade competente
- Requerido pelas entidades por meio de projeto (art. 40)
 - Projeto deve contemplar inovação tecnológica, aprimoramento de eficiência, redução de custos, diminuição de riscos, benefícios à sociedade
- Não isenta da responsabilidade pelos danos (art. 41)
- Sujeito a monitoramento

SUBSTITUTIVO
SOBRE
INTELIGÊNCIA
ARTIFICIAL NO
BRASIL
(p. 74 a 128)

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

- A) ESTRUTURA LEGAL;
- B) DEFINIÇÃO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA);
- C) MODELO REGULATÓRIO;
- D) GOVERNANÇA MULTISSETORIAL;
- E) RESPONSABILIZAÇÃO;
- F) ÉTICA;
- G) VIESES;
- H) TRANSPARÊNCIA E EXPLICABILIDADE;
- I) PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO;
- J) EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E TRABALHO;
- K) CRIANÇAS, ADOLESCENTES E GRUPOS VULNERÁVEIS; E
- L) MINERAÇÃO DE DADOS.

Quem participou?

- Agentes governamentais
- Iniciativa privada
- Academia
- Representantes de indústrias
- Movimento “tecno-popular”
- Áreas técnica e burocrática

Estrutura Legal

- Princípios genéricos v Detalhamento concreto
- Maioria prefere por princípios genéricos
- Aproveitamento de outros modelos como proteção de dados

DEFINIÇÃO DE IA

- Ninguém sabe definir
- Esforços em categorizar:
 - fraca v forte
 - independente v supervisionada

MODELO REGULATÓRIO

- Responsivo v Preemptivo
- Imediata v Tardia
- Criação de autoridade reguladora
- Setorial v Monolítica
- Riscos v Direitos
- Externo v Autorregulada

RESPONSABILIZAÇÃO

- Projeto novo v Fontes atuais do direito
- Objetiva v Subjetiva
- Proporção da IA em cada setor
- Accountability & Answerability

ÉTICA

- IA não tem ética
- Ética depende de valores humanos em sociedade, no tempo
- Um passo atrás:
 - transparência
 - responsabilidade
 - equidade
 - prestação de contas
 - explicabilidade
 - sustentabilidade
 - interação com o ser humano

VIESES

- Pesos desproporcionais a favor ou contra algo ou alguém
- Não representa a verdade
- Assunto de difícil controle no campo da regulação
- Risco grande de decisões discriminatórias
- Mecanismos anti-discriminatórios
- Preocupação com impactos na sociedade

TRANSPARÊNCIA E EXPLICABILIDADE

- Transparência sobre dados e sobre tomadas de decisão
- Explicar para quem?
 - Diferentes abordagens
 - Técnico v público geral
- IA “black box” – modelos opacos

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

- Regulação v Desenvolvimento
 - Busca do ponto de equilíbrio
- “Sandbox” regulatório
- Riscos desconhecidos
 - Opção por aceitar riscos

EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO E TRABALHO

- Problemas na formação STEM no Brasil
 - IA precisa de boa base matemática
- Preocupação com a economia de mão de obra
 - Consequência: desemprego

CRIANÇAS, ADOLESCENTES E GRUPOS VULNERÁVEIS

- Garantia de espaços livres da exploração comercial
- Ambiente saudável
- Bem-estar e desenvolvimento sadio

MINERAÇÃO DE DADOS

- Base das decisões da IA
- Segurança jurídica para a mineração de dados pela IA



8. Panorama da Regulação da IA no Brasil

Análise geral dos diferentes PLs que tratam de IA no Brasil, com ênfase no PLS nº 5.051/2019.



PL nº 5.051/2019

Análise do Art. 1

- Define o objetivo da lei: regular a utilização de IA no Brasil de forma principiológica
 - Indicada para cenários como o da tecnologia, que evolui constantemente.
 - Necessidade de que a abordagem seja técnica e conectada ao funcionamento prático da tecnologia.
 - O PL não delimitou com a devida precisão o que se deve considerar como IA.
 - Necessidade de pensar na estrutura da regulação do setor.

PL nº 5.051/2019

Análise do Art. 2

- Elenca os princípios que deveriam guiar a utilização da IA no Brasil.
- Caput determina a preponderância do interesse de melhorar o bem-estar humano;
 - Demais interesses, como os comerciais, são secundários.
- Inc. III trata da garantia aos direitos humanos, à pluralidade e à diversidade
 - Seria mais técnico citar a proteção de dados pessoais “nos termos da Lei”, em virtude da LGPD.
- Inc. IV Destaca os princípios da transparência, confiabilidade e possibilidade de auditoria dos sistemas;
 - Há um trade-off entre eficiência do sistema e sua compreensão, questão que não é enfrentada pelo PL.
- Inc. V Traz a obrigatoriedade de supervisão humana em todo sistema de IA;
- Necessidade de tratar dos vieses das IAs e suas possíveis origens; e
- Necessidade considerar valores como soberania e segurança nacional.

PL nº 5.051/2019

Análise do Arts. 3 e 4

- Art. 3 dispõe que a disciplina do uso da IA no Brasil visará promover a harmonização do trabalho humano e do desenvolvimento econômico.
 - Peculiaridade brasileira: proteção do trabalhador contra a automação está prevista no art. 7º, inc. XXVII da Constituição.
- Art. 4 impões que todos os sistemas de IA devem ser usados como instrumento auxiliar à tomada de decisão humana, acrescentando que sempre um supervisor civilmente responsável.
 - Limita a inovação.
 - Identificação do supervisor humano pode ser difícil ou até mesmo impossível na prática.
 - Ainda que seja possível identificá-lo, faz sentido penalizá-lo?

PL nº 5.051/2019

Análise do Arts. 5 e 6

- Ambos os artigos 5 e 6 arrolam as diretrizes comuns de atuação do Poder Público em todos os âmbitos da Federação;
- Seria necessário, ainda, tratar das entidades de Administração Pública Indireta, com personalidade jurídica de direito público;
- Necessário haver estímulo à indústria nacional;
- Necessária conciliação com o regime jurídico-administrativo do setor público;
- Necessário refletir sobre a competência sobre a matéria.

PL nº 5.051/2019

Análise do Arts. 7

- Art. 7 determina um período de adaptação de 45 dias para a plena vigência da lei.
 - O vacatio legis padrão do país é de 45 dias, conforme art. 1º do Decreto-Lei nº 4.657/2019, de forma que a disposição apresentada é dispensável.
- Recomenda-se fixar o vacatio legis entre 6 e 12 meses, bem como cumprir fielmente o prazo que vier a ser fixado, sem prorrogações, para que a lei não seja desmoralizada ou postergada demasiadamente